

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.901 - RS (2019/0230839-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : GISLENE FARRAPO DOS SANTOS SICZKORIZ
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **GISLENE FARRAPO DOS SANTOS SICZKORIZ** de decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Sustenta a agravante, nas razões do recurso especial, violação do artigo 155 do Código Penal e do artigo 386, III, do Código de Processo Penal.

Defende a atipicidade de sua conduta, pugnando por sua absolvição, "tendo em vista o valor irrisório da *res furtiva* e a desproporcionalidade entre o fato e os efeitos, para si, de uma possível condenação – em termos pessoais – e para o Estado, por ser a persecução penal dispendiosa" (e-STJ fl. 264).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 212-217, o recurso foi inadmitido com fundamento na Súmula 83 do STJ (e-STJ, fls. 219-226).

O Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do agravo (e-STJ, fls. 262-267).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (STF, HC 84.412/SP, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJ 19/11/2004).

Vale dizer, não basta à caracterização da tipicidade penal a adequação pura e simples do fato à norma abstrata, pois, além dessa correspondência formal, é necessário o exame materialmente valorativo das circunstâncias do caso concreto, a fim de se evidenciar a ocorrência de lesão grave e penalmente relevante ao bem em questão.

Assim, além dos pressupostos objetivos, idealizados pelo Pretório Excelso, deve estar presente também o requisito subjetivo, indicativo de que o réu não poderá ser um criminoso habitual.

O Tribunal estadual afastou a aplicação do princípio da insignificância,

Superior Tribunal de Justiça

nos seguintes termos:

"- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

Trata-se de hipótese de atipicidade supralegal. Este princípio nasceu para abranger casos de pouca ou nenhuma gravidade. Salienta-se, todavia, que não pode ser utilizado como forma de incentivar condutas atentatórias que, uma vez toleradas pelo Estado, afetariam negativamente a vida em sociedade.

Assim, não prospera o pedido defensivo, uma vez que a adoção de tal instituto pressupõe a constatação de requisitos, tornando ponderada sua aplicação com o escopo de evitar a proliferação de ilícitos e a reiteração criminosa.

Aludidos critérios passam pelo valor da res, que deve ser irrisório a ponto de não merecer o acionamento da máquina judiciária.

Também deve ser levada em conta a condição financeira do ofendido, bem como a lesividade da ação perpetrada, não se admitindo a adoção da teoria da bagatela para crimes com relevante potencial ofensivo.

No caso dos autos, **a ré furtou 08 blusas femininas, bens avaliados indiretamente em R\$ 359,20, valor que não pode ser considerado irrisório simplesmente porque é equivalente a mais de 40% do salário mínimo vigente à época.**

[...]

Não bastasse, deve igualmente ser levada em consideração a **situação de reiteração delituosa específica em que se encontra a denunciada, que já ostenta em sua certidão criminal duas condenações posteriores por fatos análogos ao presente, conforme será melhor analisado na dosimetria da pena, adiante.**

Importa ressaltar que, segundo entendimento firmado pelo e. STF, a reiteração delituosa ou a reincidência afastam a possibilidade de reconhecer a insignificância da ação, pois marcam justamente a maior reprovabilidade da conduta do agente.

[...]

Assim, vai afastada a aplicação do princípio." (e-STJ, fl. 272, grifou-se).

O entendimento perfilhado pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas, situação que não se apresenta na hipótese.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO PRIVILEGIADO. *RES FURTIVA*. VALOR EXPRESSIVO. COMPORTAMENTO DO AGENTE. HABITUALIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

1. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, na aplicação do princípio da insignificância, devem ser utilizados os seguintes parâmetros: a) conduta minimamente ofensiva; b) ausência de periculosidade do agente; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) lesão jurídica inexpressiva, os quais devem estar presentes, concomitantemente, para a incidência do referido

Superior Tribunal de Justiça

instituto.

2. Hipótese em que se considerou, além do expressivo valor da *res furtiva*, que representava cerca de 26% do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos, a circunstância de o agravante possuir vários inquéritos e processos em curso por crime contra o patrimônio.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1566331/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 22/02/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO DE FARDO DE REFRIGERANTE, AVALIADO EM 6,58% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. RECIDIVA DO PACIENTE EM CRIMES PATRIMONIAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consoante já assentado pelo Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância deve ser analisado em correlação com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal, a fim de excluir ou afastar a própria tipicidade da conduta, examinada em seu caráter material, observando-se, ainda, a presença dos seguintes vetores: mínima ofensividade da conduta do agente; ausência total de periculosidade social da ação; ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica ocasionada.

2. Se, do ponto de vista dogmático, a existência de maus antecedentes não poderia ser considerada como óbice ao reconhecimento da insignificância penal - por aparentemente sinalizar a prevalência do direito penal do autor e não do fato -, não deve o juiz, ao avaliar a tipicidade formal, ignorar o contexto que singulariza a ação como integrante de uma série de outras de igual natureza, as quais evidenciam o comportamento humano avesso à norma incriminadora.

3. A subtração de fardo de refrigerante, equivalente a 6,58% do salário mínimo vigente à época dos fatos, foi perpetrada por agente multirreincidente, que possui três condenações anteriores por crimes da mesma espécie, a denotar sua habitualidade criminosa, de maneira que não pode ser reconhecido o desvalor social da ação delitiva.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1467137/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 23/02/2015).

Ainda que assim não fosse, conforme registrado pela Corte de origem, houve a subtração de 8 blusas avaliadas em R\$ 359,20, equivalente a 40,82% do salário mínimo vigente, que era de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), refutando, por esse fundamento, a tese do princípio da insignificância, posicionamento em consonância com o entendimento pacificado pela Terceira Seção desta Corte Superior, que afasta o princípio bagatela nas hipóteses em que o valor da *res furtiva* é superior a 10% do salário mínimo.

A propósito:

"[...]

3. Da mesma forma, a jurisprudência mais recente da Terceira

Superior Tribunal de Justiça

Seção desta Corte traçou uma orientação no sentido de que, para fins de aplicação do princípio da bagatela, a lesão jurídica provocada não pode ser considerada insignificante quando o valor dos bens subtraídos perfaz mais de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos (AgRg no REsp 1.549.698/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 13/10/2015, DJe 3/11/2015).

[...]

11. Embargos de divergência aos quais se nega provimento."

(EResp 1609444/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 09/11/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo, para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator